

# Entre a cura e a prevenção: por uma história das práticas médicas e de saúde

**André Motta<sup>1</sup>**

**Fábio de Oliveira Almeida<sup>2</sup>**

A medicina social e a saúde pública, nascidas entre os séculos XVIII e XIX, buscaram na normatização da doença, pelo campo da observação clínica e laboratorial, um estado desviante do corpo que deveria ser recomposto dentro dos padrões de normalidade e do cumprimento de suas funções vitais num todo orgânico. Num sentido alargado do indivíduo para a sociedade, coligiam-se o estado *normal* em função da maior ou menor manifestação de *sintomas*, que nada mais eram, de acordo com essa posição, que a demonstração de *desvios* patológicos. Esses desvios seriam balizados por um “estado-padrão normativo”, uma *ordem* reguladora.

Com vistas a “moldar” todos os homens pelas características preconizadas por dados padrões de normalidade, instituía-se um outro conceito – o de saúde. Um homem normal seria, por excelência, saudável. Assim como a ciência e as práticas médicas, várias outras esferas da vida humana foram assumindo a busca dessa normalidade, que preconizava a preservação do corpo são e da mente sã. Surgia uma nova forma de controle sobre os indivíduos que, como lembra Foucault, não operava apenas sobre sua consciência ou pela ideologia, mas sobretudo no corpo e com o corpo. O corpo era uma realidade bio-política, responsabilidade de uma medicina definida como estratégia bio-política. Para isso, criavam-se órgãos burocráticos e instituições de desenvolvimento tecnológico e de pesquisa, permitindo a ação dos profissionais da medicina e dos cientistas. Tais profissionais pensavam e intervinham naquilo que diagnosticavam como doença, buscando meios de extirpá-la quer do corpo humano doente, quer do corpo social considerado, quando fora dos padrões dessa normalidade, em seus enganos, insensatez e ignorância.

Nessa composição de ações, leis e instituições, o médico era o principal responsável pelo cuidado individual e coletivo de uma sociedade consumida pelas doenças e epidemias, que avançavam por todos os pontos onde o capitalismo fincava suas fundações. Se as epidemias sempre

<sup>1</sup> Professor do Departamento de Medicina Preventiva e Coordenador do Museu Histórico da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. E-mail: a.mota@fm.usp.br

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Sociologia pela UFSCar. E-mail: fabioliveiral@yahoo.com.br

existiram na história da humanidade, esse foi um momento ímpar para tais fenômenos, devido a um deslocamento populacional nunca visto para regiões longínquas ou inóspitas, tidas como fontes exploradoras e produtivas. Dessa forma, impunha-se à ciência médica a necessidade de desenvolvimento de novas técnicas de maior reprodutibilidade, para dar conta das demandas. Necessitava-se, portanto, de novos conhecimentos sistematizados a partir de observações realizadas na própria prática, sendo a anatomia patológica no início do século XIX, a fisiologia no meio do século, a teoria bacteriológica e, ainda, a terapêutica específica, no final do século XIX e início do século XX, as produções sistematizadas, em paralelo com a prática médica.

Por isso, será imperativo perscrutar em espaços como o hospital a centralidade desses vestígios relegados por uma versão oficial, buscando a história em seu contrapelo, para fazer falar os grupos que não deveriam ter voz e para criticar um sentido da história, uma concepção de progresso inevitável, já que o produto da ciência histórica se esconde nas fímbrias dos tempos, dos gestos e das atitudes insuspeitas – como o corpo oficialmente silenciado, medicalizado e controlado. Olhar pelas entrelinhas de documentos históricos até então não pensados para esse fim, será uma estratégia do ofício do historiador na busca de vozes nem sempre divulgadas, mas que continuam como grãos de memória. Indicação mais que substancial para dizer “eu existo”.

Nesse sentido, o dossiê, ora apresentando, busca refletir nacional e internacionalmente como a complexa rede de urbanização, construída em séculos recentes conformou uma complexa realidade de diversos matizes, em torno de concepções, práticas e instituições, voltadas ao trato de questões de saúde e doença, envolvendo grupos e indivíduos cujas trajetórias foram carregadas de significativos vínculos com mudanças fundamentais, atinentes à temática proposta por este dossiê. Os estudos reunidos trazem em si ineditismo interpretativo e pesquisa documental de alto nível, contribuindo para a investigação das articulações entre cidades, saúde e doença.

As análises são de autoria de pesquisadores de instituições acadêmicas do Brasil e do exterior. Tratam de fenômenos históricos havidos especialmente entre a segunda metade do século XIX e a primeira metade do século seguinte – período caracterizado por mudanças fundamentais relativas ao processo de construção do chamado Estado-nação, que atingiu países de diferentes partes do mundo – dentre estes, o Brasil e outras nações latino-americanas. Em meio a isso, esses países verificaram movimentos de criação de distintos serviços urbanos para a distribuição de água e o saneamento público, que estiveram ligados a preocupações quanto a surtos epidêmicos e outras doenças e enfermidades. O período ainda foi acompanhado do desenvolvimento de outros serviços de saúde pública e assistência médica, muitas vezes aba-

lizados por debates e desenvolvimentos no campo do conhecimento científico e médico da época, o que veio a afetar a realidade de diferentes grupos sociais pela paralela constituição de novas instituições públicas e privadas de assistência, conferindo contornos próprios às tramas que entrelaçam saberes profissionais e científicos, em um crescente processo de criação de políticas públicas voltadas ao cuidado e controle das populações, bem como para lidar com certas doenças e enfermidades que, à época, assumiam caráter endêmico e/ou epidêmico.

Novos elos socio-institucionais passam a ser firmados, tais como entre estatísticas oficiais, serviços sanitários, e mesmo, entre ações no campo da saúde e da educação sanitária, frequentemente tendo em vista garantir a capacidade de trabalho e intervenção dos Estados nacionais em ascensão. Com isso, os artigos tratam de diferentes questões e fenômenos históricos. Desde a difusão do eugenismo e de teorias racistas no final do século XIX e início do XX (que se inserem inclusive na realidade brasileira), passando pela análise das relações entre processos migratórios e saúde de populações, a investigação de surtos epidêmicos em seus efeitos sociais e históricos, além do trato de outros fatos, tais como: os padrões de morbidade e mortalidade em contextos urbanos, as ligações entre planejamento urbano e saúde e, claro, a organização de instituições e serviços de saúde pública e de assistência médica, sejam da iniciativa privada ou de setores estatais. Como o período é marcado, em diversos países, por impulsos em processos de urbanização e industrialização, o contexto das cidades torna-se central no conjunto de estudos reunidos aqui, lançando luz e esclarecendo processos históricos importantes, atinentes à saúde e doença, tanto no Brasil como em outros países da América Latina.

Diferentes fontes de dados foram mobilizadas pelos estudos apresentados a seguir, que foram traduzidos, analiticamente, por criativas combinações de abordagens quantitativas e qualitativas, as quais trabalharam com registros estatísticos e outros documentos oficiais, bem como com determinadas fontes de dados não estatais. Ao todo, o leitor terá a oportunidade de acompanhar dez competentes pesquisas oferecidas com esmero analítico e empírico, consolidadas em textos escritos de elevada qualidade.

Abrindo o dossiê, temos o artigo de Pedro Frederico Falk (Doutorando na University of Calgary, Canadá) sobre a trajetória de Charles Wicksteed Armstrong (1871-1963), britânico que foi escritor, diretor de colégio e eugenista, tendo vivido a maior parte da sua vida no Brasil, em fases alternadas. Segundo argumenta Falk, a trajetória de Armstrong no Brasil teria representado a possibilidade de ganhar prática e conhecimento para propor medidas eugênicas positivas na Inglaterra ou, especialmente, com ingleses. O estudo parte de várias fontes documentais e da análise documental e bibliográfica, para evidenciar como o Brasil teria servido de laboratório experimental eugênico para Armstrong, que teria assumido como um dever patriótico salvar

a Inglaterra de um suicídio racial. Neste contexto, o ambiente físico, a saúde (mental, física e intelectual) e a hereditariedade de um indivíduo eram encarados por Armstrong como fatores muito influentes para a sobrevivência de um povo. O estudo evidencia como o eugenismo e a questão racial estiveram presentes na construção do Estado-nação moderno, inclusive no trânsito entre Brasil e Europa.

Na sequência, Adrián Carbonetti e María Dolores Rivero (Centro de Investigaciones y Estudios sobre Cultura y Sociedad – CIECS-CONICET y UNC) oferecem um estudo sobre os impactos sociodemográficos da pandemia de gripe espanhola no interior da Argentina entre 1918 e 1919. Lançando mão de uma abordagem, ao mesmo tempo, quantitativa e qualitativa, bem como perscrutando estatísticas oficiais e edições de jornais da época, os autores colocam em perspectiva o caso da cidade de Córdoba, localizada na região central do país. Analisam o desenvolvimento dessa epidemia considerando diferentes variáveis-chave: faixa etária e sexo, em sua conexão com dados de distribuição geográfica da enfermidade, níveis de pobreza e condições sanitárias. Com isso, evidencia-se certa correlação entre tais variáveis sociodemográficas e sanitárias, quanto aos padrões de incidência da epidemia e de mortalidade na população estudada.

Por sua vez, Liane Maria Bertucci (Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná) aborda como determinações legais e ações do governo do Paraná relacionadas à saúde pública, combinadas com prescrições municipais de Curitiba-PR, foram publicadas e tematizadas em jornais da Capital do estado, especialmente entre os anos 1890 e o final da década de 1920, período em que a cidade e região catalisaram a economia paranaense. Os periódicos reproduziram algumas dessas determinações, além de indicarem como proposições médico-governamentais sobre salubridade e combate às doenças eram conjugadas com a educação da população em saúde e com ações contra os chamados curadores populares. O trabalho baseia-se na análise da legislação pertinente, de atos médico-governamentais e de indícios de ações cotidianas dos curitibanos.

Em “Clínica na cidade: assistência à saúde e o relacionamento entre médicos, elites e pobres no Rio de Janeiro (1880-1940)”, Luiz Otávio Ferreira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro/Fundação Oswaldo Cruz) apresenta a trajetória da Policlínica de Botafogo, entidade filantrópica criada por médicos do Rio de Janeiro, em 1900, que se propunha a cumprir uma dupla missão: cuidar gratuitamente de pacientes pobres e promover a aprendizagem prática da medicina. Analisa a cultura assistencial, apontando quais foram os valores e os interesses que motivaram médicos e elites do bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro, a se dedicarem ao trabalho voluntário e gratuito junto aos pobres. Aprofundando a análise de diferentes fontes, Ferreira

apresenta as principais características do modelo assistencial adotado e analisa as demandas de saúde dos pobres diante dos serviços médicos oferecidos.

Já Carolina Salazar-Marulanda (Universidad Nacional de Colombia) destaca o que chama de processo de tecnificação de cidades na Colômbia, em princípios do século XX. Essa tecnificação de cidades resultou de esforços de planejamento de obras de infraestrutura urbana para o estabelecimento de redes de água e saneamento. Novos desenvolvimentos da ciência moderna da época foram aplicados nesses esforços em infraestrutura por companhias europeias y norte-americanas, a fim de aplacar problemas de saneamento e salubridade públicos e a incidência de doenças e epidemias. Dessa maneira, investiga-se o papel da companhia inglesa Pearson & Son na emergência de redes de serviços públicos voltados ao avanço da urbanização colombiana no início do século XX.

No artigo “Uma moléstia singular: a epidemia de abasia coreiforme em Salvador sob as lentes do contágio por imitação (1882-1890)”, Bruno de Oliveira Mastrantonio (Doutorando em Saúde Coletiva pela USP) tem como objetivo investigar a construção do diagnóstico de loucura epidêmica, criado em torno da epidemia de abasia coreiforme propagada no subúrbio de Itapagipe, em Salvador, no ano de 1882, defendido pelo médico maranhense Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906). Tratava-se de uma disfunção cerebral que causava movimentos involuntários nos membros inferiores quando os enfermos andavam em marcha. Seu caráter epidêmico, defendiam os estudos, era atribuído ao contágio por imitação. Com base na metodologia proposta pelo historiador britânico Quentin Skinner, o artigo investiga as intenções e motivações de Nina Rodrigues ao elaborar a epidemia de coreia, centrado em dois eixos determinantes do contágio: o meio social propício e a predisposição dos enfermos.

Por meio de pesquisa em atas da Câmara, jornais, abaixo-assinados e relatórios oficiais, Leopoldo Fernandes da Silva (Pós-doutorando na Universidade de São Paulo) estuda transformações no abastecimento de carne na cidade de São Paulo entre 1880-1887, no bojo dos processos de expansão e modernização urbanas desencadeados pela ascendente economia cafeeira paulista. Reconstitui a mobilização de comerciantes de carne em defesa de seus interesses, no processo de transferência do matadouro da cidade, no ano de 1886. Desse modo, verifica-se a participação desse segmento social no processo de urbanização da Capital, assim como de que modo esses processos modificaram a sua rotina de trabalho e a organização do abastecimento de carnes na cidade, em um contexto de transformação do espaço urbano e de seus usos.

Apresentando um estudo voltado ao papel de entidades privadas, Maria Silvia Di Liscia, no artigo “Ciudades atormentadas: los desastres urbanos y atención humanitaria (Cruz Roja Argentina,

1864-1930)”, reconstrói a história urbana argentina em algumas de suas faces, focalizando as ações produzidas pela organização da Cruz Vermelha – entidade que possui reconhecimento internacional. Procura-se contribuir para aclarar a influência de organismos não-governamentais, de origem internacional, em uma etapa de formação e consolidação do Estado nacional argentino. A abordagem dedica-se, em especial, à investigação da intervenção da Cruz Vermelha argentina em catástrofes que atingiram o interior do país e a capital Buenos Aires.

A Grande Seca, tal como destaca Dayane Julia Carvalho Dias (Universidade Estadual de Campinas) em “Mortalidade e migração no período da seca de 1877-1879 na freguesia de São José (Fortaleza/CE)”, referiu-se a uma longa e dura estiagem que atingiu as denominadas províncias do Norte durante as últimas décadas do século XIX. Mais especificamente, a análise observa essa seca entre os anos de 1877 a 1879 no estado do Ceará, região muito afetada pelo volume de mortos e pela emigração para outras regiões do Brasil. O estudo baseou-se em registros paroquiais de óbitos para mensurar o impacto causado pela seca na dinâmica populacional da cidade de Fortaleza, que, sendo a Capital do estado e núcleo urbano, foi receptora de muitos retirantes advindos do interior. Desta forma, são analisados os registros de óbitos da freguesia de São José da Fortaleza para compreender o perfil de mortalidade por sexo, idade, naturalidade e causa de óbito.

Encerrando este dossiê, Cláudia Oliveira (Universidade Federal do Ceará), em “Os números da loucura em documentos: recenseamento de 1872 e mapas demonstrativos do Asilo de Alienados São Vicente de Paula”, visa problematizar o processo de institucionalização da loucura no Ceará desde, principalmente, a análise de dois documentos: o recenseamento populacional de 1872 e os mapas demonstrativos da Santa Casa sobre a movimentação interna do Asilo de Alienados São Vicente de Paula. Com isso, a autora percorre a trajetória de construção da loucura por meio do mapeamento quantitativo e análise qualitativa sobre os loucos existentes no Ceará oitocentista. Para tanto, constrói tabelas com base nos dados documentais institucionais e oficiais.

E para finalizar, não poderíamos deixar de agradecer à equipe editorial da Resgate – Revista Interdisciplinar de Cultura, do Centro de Memória - UNICAMP, pela oportunidade de produção deste dossiê temático, cujo escopo mostrou-se de caráter internacional e com grande riqueza intelectual, graças aos seus autores participantes.

*Boa leitura,*  
Organizadores.